CONTRATO

CONTRATO N° 011/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2023

Contrato de DISPENSA N° 009/2023 que entre si celebram a Câmara Municipal de Santo Antonio de Lisboa-PI e a empresa **NG CONTABILIDADE PLANEJAMENTO ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA**, em conformidade com a Lei 8666/93-Art. 24-Inciso I, para o fim que nele se especifica.

Cláusula Primeira – Das Partes

Pelo presente instrumento particular, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LISBOA-PI,** Estado do Piauí, situada na Avenida Lino Rodrigues, n° 290, Centro, Santo Antonio de Lisboa-PI – PI. Inscrita no CNPJ n. 00.827.870/0001-39, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal o Sr. **FRANCISCO PAULO DA SILVA**, brasileiro, casado, vereador, portador do CPF nº 894.589.823-91, com domicílio na cidade de Santo Antonio de Lisboa-PI, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a empresa **NG CONTABILIDADE PLANEJAMENTO ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.556.911/0001-70, com sede na Rua Vereador Abel Pereira,601ª, Centro, Agua Branca-PI, CEP 64460-000, Fone: (86) 99973-7348, Teresina-PI, representada pelo seu titular o Sr. Nicassio Gil de Sousa Costa, brasileiro, solteiro, empresário, portador do CPF n° 635.592.773-53 e RG n° 2.057.912 SSP-PI, residente na Rua Vereador Abel Pereira, 601, Centro, na Cidade de Água Branca- Piaui, CEP:64.460-000 doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de acordo com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do orçamento/proposta e Justificativa de Dispensa de Licitação que instruem o presente processo, baseada no inciso II, art. 24 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a Prestação de serviços de sistema de informação e digitalização de documentos da gestão exercício 2023 dessa Câmara Municipal, que passam a integrar o presente Termo.

Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução

O Contrato será executado de forma direta, sob o regime de empreitada global, segundo o disposto no art. 24º, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quinta – Do Valor

O valor total da contratação é de **R$ 14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais)**, procedente da dotação orçamentaria da Cláusula abaixo.

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 – A despesa correrá à conta do Repasse do FPM.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Município, em parcela (s), mediante a apresentação da NF/recibo, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência até 31/12/2023, a partir da assinatura deste contrato.

Cláusula Nona – Da responsabilidade da CONTRATANTE

A CONTRATANTE responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

Cláusula Décima – Das Obrigações e Responsabilidades do CONTRATADA

11.1 – A CONTRATADA fica obrigada:

I – A fornecer toda a documentação necessária em nome da CONTRATANTE;

11.2 – A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento.

Cláusula Décima Primeira– Da Alteração Contratual

12.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Segunda – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a contratada à multa de 10% do valor do contrato, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Município, em todo caso, a rescisão unilateral.

Cláusula Décima Terceira– Da Dissolução

O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

Cláusula Décima Quarta– Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequência determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Quinta - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

Cláusula Décima Sexta– Do Foro

As partes, de comum acordo, elegem o foro da cidade de Picos-PI, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da inexecução deste contrato, que não possam ser resolvidos administrativamente, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo, também qualificadas, para que produza os efeitos legais.

Santo Antonio de Lisboa-PI, 29 de novembro de 2023.

FRANCISCO PAULO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal-CONTRATANTE

NG CONTABILIDADE PLANEJAMENTO ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA
CONTRATADA

Testemunhas:

1º. _____

CPF: Nº. _____

2ª _____

CPF: Nº. _____